



## Carta Editorial

Car@s leitores,

É com grande satisfação que trazemos a público a primeira edição da revista Sinais no ano de 2016. Colocá-la em circulação significa que a Sinais retorna ao seu ciclo regular de publicações, não havendo, por hora, nenhuma edição fora do cronograma desejado de publicações. Este retorno ao cronograma é fundamental para que a Sinais possa aumentar a exposição dos manuscritos publicados, a partir da ampliação dos indexadores da revista. O próximo passo, assim sendo, será solicitar a vinculação da revista ao Doaj (*Directory of Open Access Journals*) e à Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*). Em breve, portanto, teremos novidades com relação aos indexadores dos nossos artigos.

A edição 19 Jan-Jun de 2016/1 apresenta um interessante conjunto de artigos, sendo que dois deles dizem respeito ao atual cenário político brasileiro. Em um momento de incertezas e possíveis retrocessos no que se refere à dilapidação dos direitos sociais, civis e políticos à duras penas conquistados pela Constituição Cidadã de 1988, o (re)exame das últimas décadas da formação política brasileira ganha novo e importante fôlego. É nesse âmbito que políticas econômicas dirigidas ao fortalecimento das desigualdades sociais, problema crônico e estrutural da sociedade brasileira, surgem como “saída” para o equacionamento daquilo que é equivocadamente entendido como privilégio social ao invés de ser visto como direito humano fundamental. No plano político, os olhares se voltam não apenas para as negociatas, que dão sobrevida ao clientelismo, à troca de favores e ao mandonismo característico dos grupos privilegiados da sociedade brasileira, mas, também, para o entendimento crítico do processo de racionalização que se encontra por detrás da dominação política vislumbrada por meio de partidos políticos que acomodam e solidificam forças antiquadas no âmbito da política brasileira.

O tópico da formação política é tratado neste volume a partir de um estudo sobre a origem do bipartidarismo brasileiro e sobre a trajetória do MDB. Alessandro O. Soares (USP-USAL), Rafael M. Tauil (UFSCar) e Luciléia Colombo (UNESP) percorrem a trajetória do MDB desde a sua fundação, pela ditadura civil-militar instaurada pelo golpe de 1964, até a sua recente transformação, a qual de origem ao PMDB, partido que hoje coloca a jovem democracia brasileira em cheque ao operar um golpe branco na política nacional. O tópico da formação econômica, especialmente no que se refere ao aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, por sua vez, é abordado por Marco A. B. Paccola (UNESP), no segundo artigo deste volume. Alicerçado no conceito de hegemonia de A. Gramsci, Paccola discorre sobre as formas de cooptação e de difusão do modelo neoliberal no Brasil, desde a sua consolidação na política nacional com a ascensão de FHC ao poder – ratificando-se, assim, a sua frágil teoria da dependência de tonalidade ‘liberal’ e ‘dependente’ – até o momento em que este modelo é incorporado pelos setores político ditos progressistas da sociedade brasileira, como no caso do PT, processo este que marca o enraizamento generalizado do padrão neoliberal em terras nacionais.

Mudando um pouco o tom, mas sem deixar de se concentrar sobre um fenômeno problemático e estruturante da sociedade brasileira, Matheus B. Bittencourt (UFES), no terceiro artigo da coletânea, apresenta uma interessante análise sobre o protagonista do conto O Cobrador, de Rubem Fonseca. Conforme destaca o autor do manuscrito, o protagonista narrador “*expressa a sua revolta solitária através da poesia em verso livre e do crime violento contra indivíduos abastados, dos quais ele “cobra” a “dívida social”*”. É a injustiça como combustível da violência que, na visão de Bittencourt, tem a sua narrativa estruturada, no conto de Fonseca, a partir de três alegorias que retratam a violência: a *dívida*, os *devedores* e a *cobrança*.

O quarto artigo deste volume, escrito por Denise S. M. Gondim (ENSP/Fiocruz) e Vânia Maria R. O. Tatagiba (UENF), apresenta um estudo sobre o imaginário da representação social do psicólogo que atua dentro dos hospitais. Por meio de um estudo de caso realizado no Hospital Ferreira Machado em Campos dos Goytacazes, R.J, as autoras abordam o lado social da atuação do psicólogo, enfatizando a construção social das representações produzidas por pacientes, acompanhantes e equipes multidisciplinares. Como esperado, trata-se de importante contribuição para o fortalecimento de uma abordagem social da atuação médica, diferentemente das abordagens técnicas que pouco estão interessadas na dimensão social da vida que faz do hospital um local de produção simbólica, de troca de informações e experiências culturais.

O bloco final de artigos deste volume é constituído por duas contribuições no campo da sociologia do trabalho. De formas diferentes e, de certa forma, complementares, os artigos de Felipe M. Almeida (UFG) e de Raíssa Ester M. Barros (UFCG) concentram-se sobre as contradições presentes na forma de construção do tempo livre nas sociedades capitalistas. Por meio do materialismo histórico dialético, Almeida disserta sobre a inexistência de tempo livre, o qual é compreendido a partir do conceito de consumo programado: o lazer, transformado em mercadoria, é incorporado ao capital e utilizado como elemento estruturante do sistema. Barros, por sua vez, compreende o tempo livre a partir do conceito de dignidade: um direito social básico do trabalhador enquanto ser humano. Com base em um diálogo com a sociologia do direito, a autora explora casos jurídicos nos quais a ideia de tempo livre foi tema de litígio.

Na seção de ensaios, Everton G. Costa (UFRGS) reflete sobre um tema recorrente na sociologia contemporânea: o embate entre o moderno, o pós-moderno e o anti-moderno. Na visão de Costa, *"a pós-modernidade não deve ser compreendida como um simples discurso de antimodernidade; o pós-moderno, antes de tudo, é um discurso que abre a possibilidade de pensarmos novos projetos de liberação política, projetos que respeitem e possibilitem a pluralidade e a emergência das diferenças, das identidades"*. Trata-se de um processo de abertura epistemológica que passa a configurar uma arena ampliada de debates; não deixa para trás completamente o projeto moderno, mas, talvez, aponte a existência de novas tendências teóricas que se configuram enquanto fundamento elementar do debate social contemporâneo. Fechando este volume, por fim, temos a resenha sobre o livro *Uniforme e trabalho no Vale do Aço*, apresentada por Fernanda C. Martins-Suarez (UFV).

Enfim, neste momento de crise a reflexão deve assumir posição de centralidade. As preocupações são muitas: o ataque ao estado democrático de direito no Brasil; massacres às populações LGBT nos Estados Unidos, com significativo levante homofóbico contra a diversidade e a diferença; ascensão da extrema direita no continente europeu politicamente materializada pelo referendun de saída do Reino Unido da Comunidade Europeia e elevação de líderes xenófobos e racistas, como no caso de Nigel Farage no UK e Donald Trump nos USA, à posição de protagonistas políticos. Nesse cenário, a reflexão cuidadosa e crítica é mais do que bem-vinda, é necessária.

Marcelo Fetz  
Márcia B. F. Rodrigues  
28/06/2016